

## RESENHAS

### O pequeno manual antirracista de Djamila e de todas e todos nós

 Adriane Lorenzon\*

**Resumo:** Esta resenha aborda o livro *Pequeno Manual Antirracista* (2019) da filósofa Djamila Ribeiro. A centralidade da obra é proceder a uma reflexão apontando caminhos para aprofundar a percepção acerca de discriminações raciais estruturais históricas, estimulando a leitora e o leitor a assumirem a responsabilidade pela transformação da sociedade a partir de suas vidas e contextos. Ademais, a autora enfatiza estratégias para extinguir o racismo contra pessoas negras, como também aspira auxiliar no combate a outras formas de opressão. Para organizar melhor o texto, com base na linguagem didática usada no livro, na primeira parte identifica-se a obra, a autora e o objetivo da publicação. Posteriormente, destaca-se cada um dos 11 capítulos, as produções da autora, com informações sobre ela e os demais autores negros citados e que a inspiraram na elaboração do livro. Por fim, apresenta-se uma breve avaliação crítica sobre esta produção editorial, que é de fundamental importância pelo conteúdo educativo e didático, oportuno e elucidativo, sendo de alto valor referencial para ajudar a edificar os novos marcos civilizatórios da humanidade por meio da autoeducação de cada indivíduo.

**Palavras-chave:** Antirracismo. Relações raciais. Discriminação racial. Racismo estrutural. Políticas educacionais. Mulheres negras.

---

\* Pedagoga e jornalista, mestre em comunicação e cultura contemporânea (Universidade de Brasília) e doutora em pensamento complexo (Multiversidad, México), com PhD na mesma área pela Universidade da Califórnia. Professora, palestrante e diretora do Instituto Educar-se. Contato: bienpensar21@gmail.com

Djamila Ribeiro é uma feminista e filósofa paulista, de Santos, e lançou o livro *Pequeno Manual Antirracista* pela editora Companhia das Letras, em novembro de 2019, em São Paulo (Figura 1). No total, são 11 capítulos, distribuídos em 136 páginas, além de um epílogo com informações sobre a autora e os autores negros citados. Já na introdução, Ribeiro explica que para debater o tema do racismo no Brasil é preciso fazê-lo a partir de uma perspectiva estrutural histórica, ou seja, como uma estrutura social organizada, entendendo a relação entre escravidão e racismo e as consequências desse sistema que beneficiou economicamente a população branca em detrimento da população negra, esta sendo relegada a mercadoria. O objetivo da obra é apontar caminhos possíveis para aprofundar a percepção individual sobre as discriminações raciais estruturais históricas, estimulando a leitora e o leitor a assumirem a responsabilidade pela transformação da sociedade a partir de suas realidades. Nesse sentido, a autora orienta sobre a importância de mudar a linguagem usada em alguns termos carregados de equívocos, como é o caso de "escravo" – imposto de fora para a população negra –, e que qualquer análise um pouco mais apurada nos leva a corrigir esse erro histórico para o vocábulo "escravizado".

No capítulo 1, intitulado "Informe-se sobre o racismo", a autora discorre a partir do pressuposto que o sistema racista está sempre se atualizando, então é preciso entender como ele funciona. Sendo necessário principalmente identificar os mitos que operam no Brasil sobre o modus operandi da opressão, como, por exemplo, o principal deles, a democracia racial – pois a miscigenação brasileira teria levado à transcendência dos conflitos raciais com a harmonia entre brancos e negros e a ausência de leis de segregação. Para cada um saber transitar e se colocar nessas questões, Ribeiro aponta duas diretrizes a serem observadas: saber dar nome às opressões, pois reconhecer o racismo ajuda a combatê-lo; e, a partir disso, perguntar-se o que de fato cada um pode fazer pela luta antirracista.

"Enxergue a negritude", o capítulo 2, mostra que a população negra desde criança é levada a pensar sobre a própria condição racial. Foi assim com Djamila Ribeiro que percebia que os coleguinhas brancos não precisavam pensar sobre seu lugar social de branquitude, porque acreditavam que esse era o único mundo possível. Não havia espaço para o que não fosse dessa linhagem branca de privilégio, "normalidade" e superioridade. Daí que a falta de reflexão sobre isso faz perpetuar a discriminação racial enquanto sistema, naturalizando a violência contra os negros e tornando-a comum. Então para se encontrar soluções para uma determinada realidade, é preciso tirá-la da invisibilidade, destacando, por exemplo, as iniciativas dos negros.

É, nesse sentido, que no capítulo 3, "Reconheça os privilégios da branquitude", a autora justifica a necessidade de abordar a negritude e a branquitude. É primordial entender que todo indivíduo fala a partir de um lugar social, o lugar de fala, o ponto de partida de cada um para pensar e existir no mundo. Pessoas brancas não costumam pensar sobre o que é pertencer à branquitude, pois o debate racial é sempre focado na negritude. É preciso perceber-se para saber situar os privilégios e responsabilidades sobre as injustiças contra os vulneráveis. Fomentar a desnaturalização disso é um caminho, já que a população negra no Brasil, segunda maior fora do continente africano, chega a 56%, isto é, a sua maioria. Assim, é urgente questionar a ausência de pessoas negras em posições hierárquicas elevadas ou de protagonismo nas diversas instituições sociais. Estar consciente dos privilégios brancos nos espaços de poder favorece que todos se sintam responsáveis e passem a tomar atitudes para combater e transformar o sistema racial que estrutura a nossa sociedade.

Nesse bojo, chega-se à parte mais profunda do livro, o capítulo 4, "Perceba o racismo internalizado em você", pedindo que a leitora e o leitor tomem consciência do racismo em si mesmos. E para isso é preciso entender que é impossível não ser racista se fomos criados em uma sociedade racista. Muitas vezes o racismo está tão presente que pode passar despercebido. Daí que para ser antirracista é vital estar atento às próprias atitudes e buscar sempre enxergar os privilégios ao redor, bem como entender que a linguagem que usamos é cheia de valores sociais e que precisamos utilizá-la de forma crítica abolindo as inúmeras expressões racistas que ainda ouvimos no dia a dia, como, por exemplo, "ela é negra, mas é bonita".

O capítulo 5, "Apoie políticas educacionais afirmativas", aborda os acessos e privilégios que a população branca, advinda de escolas privadas, tem com entrada garantida nas universidades, ao contrário da população negra. Tudo devido ao racismo estrutural. E isso não tem a ver com capacidade e, sim, oportunidades. Algumas políticas públicas criadas nos últimos anos transformaram a área de educação, mostrando que alunos cotistas têm desempenho similar ou superior a alunos não cotistas. A orientação é que a leitora e o leitor se informem sobre as políticas públicas de combate à desigualdade racial e pela promoção da diversidade, apoiando institutos de pesquisa e de desenvolvimento de políticas, bem como apoiar candidatos que defendam políticas públicas efetivas.

Já o capítulo 6, "Transforme seu ambiente de trabalho", trata de uma das estratégias mantidas pela branquitude do que seria politicamente correto quanto

à pauta racial no campo do trabalho, reservando aos negros o espaço para o “negro único”. Isso explicitaria que se uma empresa tem um negro contratado não seria racista. Contudo, Djamila Ribeiro explica que não é bem assim, pois esse “negro único” não representa toda a população negra. Para ela, cada um pode guiar-se por perguntas que ajudem a reavaliar o racismo em seu ambiente de trabalho, observar qual a proporção de pessoas negras e brancas na empresa ou verificar como a questão racial é tratada (ou não tratada) durante a contratação de pessoal. Dessa forma, o mundo do trabalho sendo racista, devido à herança escravista, deve ter presente a luta antirracista, com empresas criando análises constantes de suas práticas para rever e atualizar sua política de diversidade.

Segundo a autora, para combater o epistemicídio, termo cunhado por Boaventura Sousa Santos, é preciso que se “Leia autores negros”, título do capítulo 7. O vocábulo epistemicídio significa o apagamento e invisibilidade dos saberes produzidos por grupos oprimidos. Para Ribeiro, se os negros são a maioria da população, suas produções devem ser lidas, debatidas e citadas em trabalhos acadêmicos. A sociedade deve se questionar como, sendo de maioria negra, a formulação do saber seja dominada por um grupo apenas. Evidentemente, seguindo um dos questionamentos da autora, não dá para acreditar que pessoas negras não realizem elaborações do mundo.

A reflexão por meio de perguntas é reiterada pela autora com o tema da apropriação cultural no capítulo 8, “Questione a cultura que você consome”, levando a leitora e o leitor a entenderem que só irão respeitar uma cultura quando a conhecerem profunda e respeitosa. Nas colonizações, a visão cultural do colonizador sempre foi imposta, com os bens culturais locais sendo saqueados, vide os objetos de arte instalados em museus europeus, mas produzidos por povos de outras regiões. Citando o emblemático caso do uso de turbante por uma não negra, que repercutiu na mídia e redes sociais, a autora afirma que junto ao interesse pela cultura de um povo deve conter o desejo genuíno de respeitar seus símbolos culturais e restituir a humanidade de grupos oprimidos. Junto a isso, há também o esvaziamento de sentido em certos elementos culturais, provocado pelo capitalismo, o que também contribui para perpetuar o racismo. Por fim, Djamila Ribeiro comenta a ausência dos negros em filmes e novelas, ou o tipo de papel que interpretam, gerando estereótipos e discriminações, confinando-os a meros personagens marcados por mais violência simbólica.

O capítulo 9, “Conheça seus desejos e afetos”, começa tratando da sexualização das mulheres negras. O xis da questão é a necessidade que a sociedade brasileira

ainda tem de enquadrar as mulheres negras como “fáceis” ou “naturalmente sensuais”, carimbos que muitas vezes corroboram abusos e violências contra elas. A origem disso vem de uma visão colonial, segundo a qual os corpos negros eram violáveis. A sexualização da mulher negra, construída e reforçada por esse imaginário coletivo preconceituoso, retira dela a sua humanidade e complexidade. Dessa forma, a autora sugere que pessoas brancas compreendam os mecanismos que o racismo usa para reproduzir-se. Situações em que são tocadas ou importunadas sem permissão são recorrentes na vida das mulheres negras. Até o nome é substituído por “nega”. De outra parte, relacionar-se com uma negra ou negro também não é suficiente para que a pessoa não seja racista. É preciso mais. A começar por empatia e saber ouvir a pessoa negra.

Dados alarmantes de diferentes pesquisas e estatísticas no Brasil sobre violência à pessoa negra são apresentados no capítulo 10, “Combata a violência racial”. Conforme a Anistia Internacional, um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos no Brasil. Para Ribeiro, esse genocídio é aplicado a essas populações porque faz parte de uma política pública de segurança que mais serve para reprimir e exterminar as pessoas negras, especialmente os homens. O sistema judiciário, na maior parte das vezes, é seletivo. É citado o exemplo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que chegou ao ponto de criar uma súmula (documento orientador para tais casos) tendo como base para a condenação somente a versão dos policiais que comandaram a prisão. Ao mencionar a socióloga Denise Ferreira da Silva (2014), Djamila observa que o assassinato de jovens negros deveria criar uma crise ética na sociedade brasileira. A autora conclui a seção perguntando por que não é destinado o mesmo valor às vidas negras como é dado às vidas brancas.

O capítulo 11, “Sejamos todos antirracistas”, é o último do Pequeno Manual Antirracista de Djamila Ribeiro. Dar-se conta dos privilégios de certos grupos sociais é fundamental para transformar a violência diária sofrida pela população negra. E isso é um desafio para quem nunca pensou perceber criticamente a si mesmo e o seu redor, especialmente o sistema de opressão racial que privilegia historicamente a branquitude. Sem isso, não é possível a consciência dessa realidade, daí a importância de questionar as situações de violência por que passam os negros. Para a autora, a obra não esgota o debate, mas pretende trazer à reflexão uma atitude antirracista da leitora e do leitor que almejam uma postura ética de vida.

Na parte final do Pequeno Manual Antirracista, depois das notas e referências bibliográficas, há

informações sobre a autora e os autores negros citados e que a inspiraram na elaboração do texto, como é o caso de, entre eles, Adilson Moreira, Ângela Davis e Zélia Amador. Acerca da carreira de Djamila Ribeiro, salienta-se o prêmio MIPAD - Most Influential People of Africa Descent (apoiado pela ONU) que ela recebeu, em 2018, por fazer parte da lista das 100 pessoas negras – com menos de 40 anos – mais influentes do mundo, e o título de Personalidade do Amanhã, oferecido pelo governo francês, em 2019. Entre suas produções editoriais estão Lugar de Fala (Pólen Livros, 2019) e Quem Tem Medo do Feminismo Negro? (Companhia das Letras, 2018).

A obra *Pequeno Manual Antirracista* de Djamila Ribeiro apresenta à leitora e ao leitor uma reflexão crítica

didática, extremamente oportuna, para compreender e fomentar a criticidade sobre como acontecem as reproduções e perpetuações históricas do racismo estrutural no Brasil. Leitura essencial para quem se interessa por assuntos relacionados à opressão racial, relações raciais, antirracismo, discriminação racial. Um livro para nos fazer despertar para temáticas planetárias que propõem um novo marco civilizatório para a humanidade, como os debates e elaborações sobre compreensão humana, inclusão social, racismo estrutural, opressão racial, cultura de paz. Afinal, este é um pequeno manual que fomenta o autoconhecimento e uma postura antirracista em cada um – por todas e todos nós. ■

#### Referências

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Denise Ferreira da. Ninguém: Direito, Racialidade e Violência. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 67-117, jan./jun. 2014.